

ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACOAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

**MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS  
PARA REGISTRO E CONTROLE DE  
PRECATÓRIOS**

**1ª EDIÇÃO**

CACOAL/RO

2021

MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE  
PRECATÓRIOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Carolina Lenzi Armondes

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Viviane Ramires da Silva

CONTROLADORA GERAL DO MUNICIPIO

Patrícia Migliorine Costa

COORDENADOR GERAL DE CONTABILIDADE

Nicácio de Souza Machado

EQUIPE TÉCNICA

Nicácio de Souza Machado

Eliane Dias Rosa Pereira Lima

Ricardo de Sá Vieira

INFORMAÇÕES

Telefone: (69) 3907-4143

Endereço Eletrônico:

<https://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/publicacoes/1145>

Rua Anísio Serrão, 2100, bairro Centro

CEP: 76963-804

Cacoal-RO

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1. Aplicabilidade.....	5
1.2. Conceitos Iniciais .....	5
<b>2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA O CONTROLE E REGISTRO DE PRECATÓRIOS .....</b>	<b>8</b>
2.1 Do Controle dos Precatórios .....	8
2.2. Do Registro Contábil dos Precatórios .....	8
2.3. Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente .....	9
2.3.1 <i>No trânsito em julgado da sentença</i> .....	9
2.3.2 <i>Na movimentação de recursos pelo município para sua conta especial:</i> .....	10
2.3.3 <i>No pagamento do precatório do município pelo Tribunal de Justiça</i> .....	11
<b>3 Atualização do Estoque de Precatórios.....</b>	<b>11</b>
3.1 Atualização Monetária .....	11
3.1.1 <i>Ajustes Mensais</i> .....	12
3.1.1.1 <i>Ajuste Positivo</i> .....	12
3.1.1.1.1 <i>Ajuste Negativo</i> .....	12
<b>4. Reclassificação Contábil entre Longo Prazo e Curto Prazo .....</b>	<b>12</b>
4.1 Passivo Não Circulante para o Circulante .....	13
4.2 Passivo Circulante para o Não Circulante .....	13
<b>5. Recursos Vinculados ao Pagamento de Precatórios .....</b>	<b>13</b>
5.1 Pagamento para a Conta Especial .....	14
5.2 Aplicação Financeira de Recursos Vinculados .....	14
5.2.1 <i>Rendimentos das Aplicações Financeiras dos Recursos disponibilizados na Conta Especial.</i> .....	14
5.2.2 <i>Reconhecimento da Receita Orçamentária Decorrente da Aplicação Financeira</i> .....	14
5.2.3 <i>Resgate da Aplicação Financeira</i> .....	15
5.2.4 <i>Apropriação da Despesa Orçamentária Decorrente da Disponibilização dos Rendimentos para Pagamento dos Precatórios</i> .....	15
5.2.5. <i>Baixa do Passivo de Precatórios por meio do Uso dos Recursos de Rendimentos</i> .....	16
<b>6. Baixa dos Precatórios .....</b>	<b>16</b>

MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE  
PRECATÓRIOS

6.1 Pagamento Principal e IRRF pelo Tribunal de Justiça - TJ.....	16
6.1.1 Retenção.....	17
6.1.1.1 Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).....	17
6.2 Pagamento do Principal.....	17
6.3 Baixa do Precatório Pela Secretaria Municipal de Fazenda.....	18
6.4 Nota de Empenho – NE .....	18
6.5 Empenho da Despesa.....	18
6.6 Liquidação do Empenho NL.....	18
6.7 Pagamento de Precatório.....	18
<b>7 FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES .....</b>	<b>21</b>
<b>8 REQUISITOS DAS INFORMAÇÕES .....</b>	<b>22</b>
<b>9 DAS RESPONSABILIDADES .....</b>	<b>22</b>
9.1 Da Procuradoria Geral do Município.....	22
9.2 Da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento .....	24
9.3 Da Divisão de Contabilidade.....	25
9.4 Da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda .....	25
<b>10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>26</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A SEMFAZ-Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Cacoal, Estado de Rondônia, por intermédio da Divisão de Contabilidade deste Município, visando a melhoria e modernização de seus processos, elaborou os procedimentos contábeis relacionados ao registro dos Precatórios do Município de Cacoal.

A elaboração do presente manual é justificada pelas mudanças que estão ocorrendo na contabilidade aplicada ao setor público, com a devida atenção ao controle dos Precatórios, adequando consequentemente à gestão no setor público.

O manual operacional compõe um conjunto de soluções para orientação aos usuários do sistema, juntamente com as políticas contábeis.

Serviram de base para esta fundamentação normativa a Emenda Constitucional nº 062/2009, o artigo 100 da Constituição Federal, o artigo 97 da ADCT e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos – Item 6.2.2 – Precatórios em Regime Especial; e as Resoluções editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em especial a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

### 1.1. Aplicabilidade

Este manual deve ser aplicado pelos órgãos da Administração Direta do Município de Cacoal responsáveis pelo orçamento, registro, gestão e pagamento de Precatórios. Também deve ser aplicado pelas Autarquias e Fundos pertencentes à Administração Indireta do Município de Cacoal, quando do registro contábil de Precatórios.

### 1.2. Conceitos Iniciais

A Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, alterou significativamente o artigo 100 da Constituição Federal, e acrescentou, ainda, o artigo 97 ao seu ADCT. Essa alteração constitucional estabeleceu dois regimes distintos de pagamento de precatórios: (i) o Regime Comum ou Ordinário, previsto no artigo 100 da Constituição; e (ii) o Regime Especial, previsto no § 15º do artigo 100 da CF combinado com o artigo 97 do ADCT.

No Regime Ordinário, os pagamentos devidos pelas entidades de direito público

## MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE PRECATÓRIOS

(Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distritais e Municipais, inclusive administração indireta, compreendendo autarquias, fundações e universidades), em virtude de sentença judicial, devem ser feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Nesse Regime é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, da verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de **precatórios judiciais apresentados até 1º de julho**, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados, sendo as dotações orçamentárias e os créditos abertos para esse fim consignados diretamente ao Poder Judiciário, é vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

Ao lado do Regime Ordinário, foi criado o Regime Especial, de caráter transitório, aplicável aos Estados, ao Distrito Federal, e aos Municípios que, na data da publicação da citada Emenda Constitucional nº 62/2009, estivessem em mora no pagamento de seus precatórios, hipótese em que até a presente data não se enquadra o Município de Cacoal.

Abaixo segue o conceito de alguns termos utilizados neste Manual que são específicos:

**Conta Especial:** conta corrente bancária, administrada pelo Tribunal de Justiça, que recebe recursos para utilização exclusiva no pagamento de Precatórios.

**Decisão Judicial Transitada em Julgado:** resultado definitivo da sentença judicial que caracteriza o surgimento da obrigação legal.

**Obrigação Legal:** obrigação oriunda de contrato (explícita ou implicitamente), legislação ou ação legal, não havendo qualquer incerteza quanto à sua exigibilidade.

**Passivo:** obrigação presente decorrente de eventos já ocorridos, cujo pagamento se espera que resulte em saída de recursos do Estado, recursos estes capazes de gerar benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

**Passivo Circulante:** passivos e obrigações com expectativa de pagamento de até doze meses após a data-base das Demonstrações Contábeis.

**Passivo Não Circulante:** passivos e obrigações com expectativa de pagamento

## MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE PRECATÓRIOS

superior a doze meses após a data-base das Demonstrações Contábeis.

**Precatórios:** instrumento que determina o pagamento de processo judicial no qual o Estado foi condenado, por meio da inclusão do valor do débito no orçamento público.

**Provisões:** passivos de prazo e valor incerto, derivadas de eventos passados em que seja provável uma saída de recursos financeiros do Estado para extinção da obrigação.

**Recursos Vinculados:** montantes vinculados ao pagamento de Precatórios em regime especial, depositados em conta especial.

**Subsistema de Compensação:** subsistema contábil que registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no Patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

**Subsistema Orçamentário:** subsistema contábil que registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

**Subsistema Patrimonial:** subsistema que registra, processa e evidencia os fatos patrimoniais relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do Patrimônio Público.

**Variação Patrimonial Aumentativa (VPA):** alteração patrimonial quantitativa que aumenta o Patrimônio Líquido do Município.

**Variação Patrimonial Diminutiva (VPD):** alteração patrimonial quantitativa que reduz o Patrimônio Líquido do Município.

## **2.PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA O CONTROLE E REGISTRO DE PRECATÓRIOS**

### **2.1 Do Controle dos Precatórios**

Após o deferimento da inclusão em orçamento, o controle e gerenciamento jurídico dos Precatórios será feito pela Procuradoria Geral do Município, sendo responsável pelo acompanhamento dos processos até o pagamento final e definitivo, com a quitação do crédito e extinção da obrigação.

### **2.2. Do Registro Contábil dos Precatórios**

A Divisão de Contabilidade da Prefeitura Municipal é responsável pelos procedimentos de registro contábil de Precatórios em conformidade com o MCASP- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição.

Assim sendo, com o intuito de demonstrar os procedimentos nesse manual, os registros contábeis têm a seguinte ordem de apresentação:

- 1. Reconhecimento, atualização e reclassificação;**
- 2. Recursos Vinculados a Pagamento de Precatórios, incluindo depósitos e aplicações financeiras; e**
- 3. Pagamento de Precatórios, incluindo as fases de empenho, liquidação e pagamento, sendo composta dos seguintes subitens:**
  - **Depósito em conta especial no Poder Judiciário,**
  - **Empenho, Liquidação e Pagamento dos precatórios.**
- 4. Baixa dos Precatórios**

Os procedimentos contidos, neste manual, são tratados a partir das transações contábeis, utilizando a Nota de Autorização da Despesa (NAD), sendo que para o pagamento dos mesmos também é utilizada a NE (Nota de Empenho) abordando todos os subsistemas de registro contábil, ou seja, Subsistema Patrimonial, Subsistema Orçamentário, Subsistema de Compensação.



### 2.3. Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente

Conforme definido na Política, os Precatórios devem ser reconhecidos patrimonialmente no momento do surgimento da obrigação legal, ou seja, quando da decisão judicial transitada em julgado.

Assim sendo, os lançamentos contábeis dos Precatórios devem ser procedidos **conforme transcrição abaixo** do item 6.2.2 da Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos do MCASP 8ª edição, quando o **Ente Devedor não pertence à Esfera do Tribunal de Justiça – Municípios**:

#### 2.3.1 No trânsito em julgado da sentença:

No momento do trânsito em julgado da sentença o município deverá reconhecer a variação patrimonial diminutiva (VPD) por competência em contrapartida ao reconhecimento do passivo referente ao precatório. A VPD e os passivos registrados deverão refletir a obrigação objeto da sentença judicial.

Lançamentos:

**Natureza da Informação: PATRIMONIAL**

D:3.x.x.x.xx.	Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)
C:2.x.x.x.xx.	Passivo – Precatórios (P)

#### **Exemplos:**

Natureza da Informação: Patrimonial

#### **PRECATÓRIOS DE PESSOAL:**

D:3.1.1.2.1.xx.x	Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RGPS – Consolidação – Sentenças Judiciais
C:2.1.1.1.1.04.xx Ou C:2.1.1.1.1.05.xx	Precatório de Pessoal (P)- Regime Especial Precatório de Pessoal (P)- Regime Ordinário

#### **PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS:**

D:3.2.9.9.1.xx.xx	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais –
C:2.1.1.3.1.03.xx Ou C:2.1.1.3.1.04.xx	Precatório de Benefícios Previd. Assistenciais (P)- Regime Especial Precatório de Benefícios Previdenciários (P)- Regime Ordinário

#### 2.3.2 Na movimentação de recursos pelo município na conta especial:

Destaca-se que no momento do empenho há necessidade de se classificar a despesa

MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE  
PRECATÓRIOS

orçamentária. Para isso, recomenda-se buscar junto ao Tribunal de Justiça a informação sobre qual será o passivo/precatório a ser extinto, por exemplo, de pessoal, de fornecedores, etc.

Lançamentos:

**Natureza da informação: orçamentária**

D:6.2.2.1.1.xx.	Crédito Disponível
C:6.2.2.1.3.01.	Crédito Empenhado a liquidar

Natureza da Despesa: 3.1.90.91

**Natureza da informação: Patrimonial**

D 2.x.x.x.x.xx.	Passivo – Precatórios (P)
C 2.x.x.x.x.xx	Passivo – Precatórios (F)

**Natureza da informação: Controle**

D:8.2.1.1.1.xx.	Disponibilidade por Destinação de Recursos
C :8.2.1.1.2.xx.	DDR Comprometida por Empenho

**Natureza da informação: orçamentária**

D:6.2.2.1.3.01.	Crédito Empenhado a Liquidar
C:6.2.2.1.3.02.	Crédito Empenhado em Liquidação

**Natureza da informação: orçamentária**

D:6.2.2.1.3.02.	Crédito Empenhado em Liquidação
C:6.2.2.1.3.03.	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

**Natureza da informação: controle**

D:8.2.1.1.2.xx.	DDR Comprometida por Empenho
C:8.2.1.1.3.xx.	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

**Natureza da informação: patrimonial**

D:1.1.3.5.1.08.	Depósitos restituíveis e valores vinculados – conta especial (F)
C:1.1.1.1.x.xx.	Caixa e equivalente de caixa em moeda nacional

**Natureza da informação: orçamentária**

D:6.2.2.1.3.03.	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C:6.2.2.1.3.04.	Crédito Empenhado Liquidado Pago

MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE  
PRECATÓRIOS

**Natureza da informação: controle**

D:8.2.1.1.3.xx.	DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
C:8.2.1.1.4.xx.	DDR Utilizada

**2.3.3 No pagamento do precatório do município pelo Tribunal de Justiça:**

No pagamento do precatório do município pelo Tribunal de Justiça o ente deverá baixar o passivo em contrapartida à redução do saldo contábil da conta especial. Esse lançamento apenas poderá ser realizado após a comunicação pelo Tribunal de Justiça ao município sobre os pagamentos de precatórios efetuados.

Esse lançamento reflete a entrada do recurso na conta especial, com fonte específica referente a pagamento de precatórios (caso o ente adote a metodologia de fonte / destinação de recursos), proveniente da retirada do recurso de outra(s) conta(s) do ente.

**Natureza da informação: Patrimonial**

D:2.1.1.x.x.xx.	Passivo – Precatórios (F)
C:1.1.3.5.1.08	Depósitos restituíveis e valores vinculados – conta especial (F)

**3 Atualização do Estoque de Precatórios**

A Atualização do Estoque de Precatórios conforme definido na Política Contábil, os saldos de Precatórios devem ser atualizados, no mínimo, mensalmente pelo regime de competência, principalmente por Incorporação de novos Precatórios, atualização monetária de Precatórios já registrados contabilmente e transferências entre Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

**3.1 Atualização Monetária**

A atualização monetária deverá ser realizada conforme o art. 97 § 16 da ADCT:

*A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será*

*feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.*

### **3.1.1 Ajustes Mensais**

Além das atualizações monetárias, o passivo de precatório poderá sofrer um reajuste para positivo (para mais) ou negativo (para menos), e neste caso devem ser efetuados os seguintes lançamentos contábeis:

#### **3.1.1.1.Ajuste Positivo**

Para o registro contábil de Ajuste Positivo, deverão ser feitos os seguintes procedimentos contábeis, por meio da Nota de Lançamento.

D:3.9.9.9.1.xx	VPD –Fatos Geradores Diversos
C:2.2.3.1.1.xx	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais Longo Prazo

#### **3.1.1.1.1Ajuste Negativo**

Além dos ajustes mensais, quando um Precatório anteriormente reconhecido não atender mais os critérios de reconhecimento de uma obrigação, o saldo registrado no passivo deve ser baixado em contrapartida ao reconhecimento de uma VPA. Para o registro contábil de Ajuste Negativo, deverão ser feitos os seguintes procedimentos contábeis, por meio da Nota de Lançamento.

D:4.9.9.9.1.xx	VPD –Fatos Geradores Diversos
C:2.2.3.1.1.xx	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais Longo Prazo

### **4.Reclassificação Contábil entre Longo Prazo e Curto Prazo**

Os Precatórios devem ser classificados como Passivo Circulante, caso a expectativa

## MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE PRECATÓRIOS

de pagamento seja de até doze meses após a data das Demonstrações Contábeis. Os demais Precatórios devem ser classificados como Passivo Não Circulante.

Assim, no mínimo, ao final de cada exercício, deve ser avaliada a expectativa de pagamento dos Precatórios, reclassificando os saldos do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante, considerando o prazo de pagamento mencionado.

### 4.1 Passivo Não Circulante para o Circulante

Para a realização da reclassificação, o orçamento anual aprovado para pagamento de Precatórios deve ser utilizado como referência para se definir o montante a ser classificado no Passivo Circulante no final de cada exercício.

Abaixo segue os Lançamentos Contábeis para transferência do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante:

D:2.2.x.x.x.xx	Passivo Não Circulante
C:2.1.x.x.x.xx	Passivo Circulante

### 4.2 Passivo Circulante para o Não Circulante

Também poderá haver o ajuste inverso e para o registro contábil de ajuste de exercícios anteriores transferindo saldos de Passivo Circulante para o Passivo Não Circulante.

D:2.1.x.x.x.xx	Passivo Circulante
C:2.2.x.x.x.xx	Passivo Não Circulante

## 5. Recursos Vinculados ao Pagamento de Precatórios

Considerando o art. 100 da Constituição Federal e acrescentou o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, instituindo regime especial de pagamento de Precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Considerando que os entes que estejam em mora na quitação de Precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial, instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas e intervenção do Tribunal de Justiça jurisdicionado, necessário se faz o controle contábil do depósito na conta especial, onde os pagamentos dos Precatórios serão centralizados no Tribunal de Justiça.

Para tanto, os Entes devem depositar os valores apurados em conta especial

### 5.1 Pagamento para a Conta Especial

Para o registro contábil de Depósito na Conta Especial, deverão ser feitos os seguintes procedimentos, por meio da Nota de Lançamento.

D:1.1.3.5.1.08. C:1.1.1.1.x.xx.	Depósitos restituíveis e valores vinculados – conta especial (F) Caixa e equivalente de caixa em moeda nacional
------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### 5.2 Aplicação Financeira de Recursos Vinculados

#### 5.2.1 Rendimentos das Aplicações Financeiras dos Recursos disponibilizados na Conta Especial.

Uma vez que a conta especial pertence ao ente devedor do precatório, sendo apenas administrada pelo Tribunal de Justiça, os rendimentos decorrentes das aplicações financeiras dos depósitos nessa conta também pertencem a esse mesmo ente. Como tais rendimentos são utilizados, em geral, para o pagamento de precatórios, deverão ser reconhecidos como receita orçamentária – que acompanha o registro da variação patrimonial aumentativa financeira – e como despesa orçamentária – que evidencia a execução orçamentária para o pagamento dos precatórios, seguindo a mesma dinâmica apresentada anteriormente, com a ressalva da não necessidade de registro da transferência do recurso das disponibilidades do ente para a sua conta especial, uma vez que tais recursos já se encontram sob a gestão do tribunal.

Assim, os registros contábeis relacionados à situação em que o ente devedor não pertença à mesma esfera do Tribunal de Justiça deverão apresentar tanto os aspectos patrimoniais quanto os aspectos orçamentários desses rendimentos, conforme a seguir.

#### 5.2.2 Reconhecimento da Receita Orçamentária Decorrente da Aplicação Financeira

MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE  
PRECATÓRIOS

**Natureza da informação: Patrimonial**

D:1.1.3.5.x.xx. C:4.4.5.1.x.x	Depósitos restituíveis e valores vinculados – Conta especial(F) Remuneração de depósitos bancários
----------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Natureza da informação: Orçamentária**

D:6.2.1.1.x.xx.xx C:6.2.1.2.x.xx.xx	Receita a realizar Receita realizada
----------------------------------------	-----------------------------------------

**Natureza da informação: Controle**

D 7.2.1.1.x.xx.xx C 8.2.1.1.1.xx.xx	Controle da disponibilidade de recursos Disponibilidade por destinação de recursos
----------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

**5.2.3 Resgate da Aplicação Financeira**

Para o registro contábil de Resgate da Aplicação Financeira deverão ser feitos os seguintes procedimentos no sistema SCPI, por meio da Nota de Lançamento.

D: XXXXXX  
C: XXXXXX

**5.2.4 Apropriação da Despesa Orçamentária Decorrente da Disponibilização dos Rendimentos para Pagamento dos Precatórios**

**Natureza da informação: Orçamentário**

D:6.2.2.1.1.xx.xx C:6.2.2.1.3.01.xx	Crédito disponível Crédito empenhado a liquidar
----------------------------------------	----------------------------------------------------

**Natureza da informação: Orçamentário**

D:6.2.2.1.3.01.xx C:6.2.2.1.3.02.xx	Crédito empenhado a liquidar Crédito empenhado em liquidação
----------------------------------------	-----------------------------------------------------------------

**Natureza da informação: Patrimonial**

D:2.x.x.x.x.xx.xx C:2.x.x.x.x.xx.xx	Precatórios (P) Precatórios (F)
----------------------------------------	------------------------------------

**Natureza da informação: Controle**

D:8.2.1.1.1.xx.xx C:8.2.1.1.2.xx.xx	Disponibilidade por destinação de recursos DDR – Comprometida por empenho
----------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------

**Natureza da informação: Orçamentária**

D:6.2.2.1.3.02.xx C:6.2.2.1.3.03.xx	Crédito empenhado em liquidação Crédito empenhado liquidado a pagar
----------------------------------------	------------------------------------------------------------------------

MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE  
PRECATÓRIOS

**Natureza da informação: Patrimonial**

D:8.2.1.1.2.xx.xx	DDR – Comprometida por empenho
C:8.2.1.1.3.xx.xx	DDR – Comp. por liq. e entradas compensatórias

**Natureza da informação: Orçamentária**

D:6.2.2.1.3.03.xx	Crédito empenhado liquidado a pagar
C:6.2.2.1.3.04.xx	Crédito empenhado liquidado pago

**Natureza da informação: Controle**

D:8.2.1.1.3.xx.xx	DDR – Comp. por liq. e entradas compensatórias
C:8.2.1.1.4.xx.xx	DDR – Utilizada Código da Conta Título da Conta

D:7.2.1.1.x.xx.xx	Disponibilidades por destinação
C:8.2.1.1.3.xx.xx	DDR – Comp. por liq. e entradas compensatórias

**5.2.5. Baixa do Passivo de Precatórios por meio do Uso dos Recursos de Rendimentos**

O registro contábil, no ente devedor, segue a mesma dinâmica que a do pagamento usual dos precatórios, ou seja:

**Natureza da informação: Patrimonial**

D:2.x.x.x.x.xx.xx	Precatórios (F)
C:1.1.3.5.x.xx.xx	Depósitos restituíveis e valores vinculados – Conta especial(F)

**Natureza da informação: Controle**

D:8.2.1.1.3.xx.xx	DDR – Comp. por liq. e entradas compensatórias
C:8.2.1.1.4.xx.xx	DDR – Utilizada

Ressalta-se aqui a distinção entre a necessidade de recebimento da informação do Tribunal de Justiça para a baixa do passivo e do reconhecimento orçamentário da receita decorrente dos rendimentos dos recursos presentes na conta especial. A baixa do passivo só pode ser realizada a partir do momento em que o Tribunal de Justiça informa ao ente quais foram os credores que tiveram pagos os precatórios que detinham.

O reconhecimento da receita dos rendimentos, por sua vez, já pode ser realizado quando da identificação dos mesmos por parte do ente (por exemplo, por meio de consulta ao extrato da conta).

**6. Baixa dos Precatórios**

**6.1 Pagamento Principal e IRRF pelo Tribunal de Justiça - TJ**



### 6.1.1 Retenção

#### 6.1.1.1 Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

Uma vez que a conta especial é administrada pelo Tribunal de Justiça, este é responsável por realizar as retenções decorrentes do pagamento dos precatórios. Entretanto, o inciso I do art. 157 e o inciso I do art. 158 da CF/1988 dispõem que pertencem aos estados, Distrito Federal e municípios o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos por eles pagos.

Dessa forma, quando forem efetuadas as retenções pelo Tribunal de Justiça, estas deverão ser informadas ao ente para que este reconheça a receita orçamentária decorrente do IRRF incidente sobre precatórios pagos.

Lançamentos:

#### Retenção do IRRF

##### Natureza da informação: Patrimonial

D:2.x.x.x.x.xx.xx	Precatórios (F)
C:4.1.1.2.x.xx.xx	VPA – Impostos sobre patrimônio e a renda

#### Recolhimento do IRRF

##### Natureza da informação: Patrimonial

D:1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F)
C:1.1.3.5.x.xx.xx	Depósitos restituíveis e valores vinculados – Conta Especial (F)

#### Recolhimento do IRRF

##### Natureza da informação: Orçamentária

D:6.2.1.1.x.xx.xxx	Receita a realizar
C:6.2.1.2.x.xx.xx	Receita realizada

#### Recolhimento do IRRF

##### Natureza da informação: Controle

D:7.2.1.1.x.xx.xx	Controle da disponibilidade de recursos
D:8.2.1.1.1.xx.xx	Disponibilidade por destinação de Recursos

### 6.2 Pagamento do Principal

A Baixa do passivo por pagamento de precatórios (líquido de IRRF) pelo Tribunal de Justiça, será realizado por meio de programação de desembolso.

### 6.3 Baixa do Precatório Pela Secretaria Municipal de Fazenda

Para registro das baixas de precatórios já pagos pelo tribunal de justiça, deve se usar os procedimentos abaixo:

### 6.4 Nota de Empenho – NE

Para a emissão do empenho, utiliza-se o saldo da dotação orçamentária disponível: A seguir o lançamento para o empenho da despesa.

### 6.5 Empenho da Despesa

Para o registro contábil do Empenho da Despesa, deverão ser feitos os seguintes procedimentos através do SCPI, por meio da Nota de Empenho:

Emitir o empenho observando as seguintes situações:

**Natureza da Despesa: 339091- Sentenças Judiciais Transitada em Julgado**

D: 3311198- Sentenças Judiciais de Fornecedores de Materiais  
ou  
D: 3322198- Sentenças Judiciais de Serviços de Terceiros –PF  
ou  
D: 3323298- Sentenças Judiciais de Serviços de Terceiros – PJ  
ou  
D: 3996101-Indenizações Diversas  
C: 2131100-Precatórios de Fornecedores- Regime Especial

### 6.6 Liquidação do Empenho NL

Para o registro contábil da Liquidação do Empenho, utiliza-se a Fonte Tesouro, sendo que deverão ser feitos os seguintes lançamentos no SCPI:

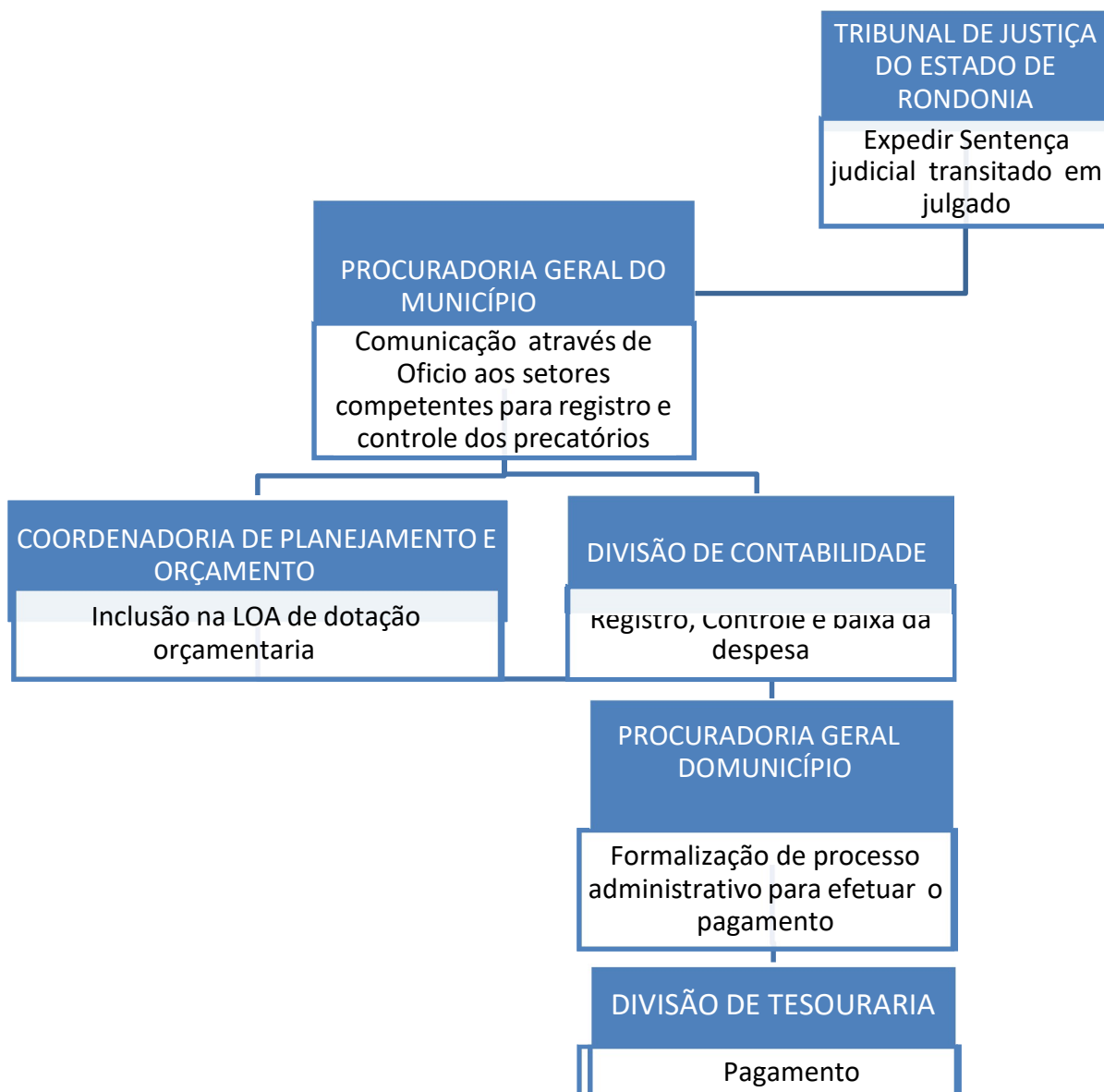
C: 6.2.2.9.2.01.03 – Empenhos Liquidados a Pagar  
C: 2.1.3.1.1.05 - Precatórios de Fornecedores- Regime Especial

### 6.7 Pagamento de Precatório

Para o registro contábil do Pagamento de Precatório, deverão ser feitos os seguintes procedimentos, por meio da Nota de Lançamento.

D: 2.1.3.1.1.05- Precatórios de Fornecedor- Regime Ordinario  
D: 6.2.2.9.2.01.03- Empenhos Liquidados a Pagar

## 7 FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES



## 8 REQUISITOS DAS INFORMAÇÕES

Para a correta Gestão de Precatórios, fica instituído no âmbito do Poder Executivo do Município e gerido pela Procuradoria Geral do Município, o *Sistema de Gestão e Controle de Precatórios*, que deverá ter os seguintes requisitos e informações:

- 1 – identificação do Tribunal, unidade judiciária e número do processo judicial que ensejou a expedição do precatório, nome do beneficiário e respectiva inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 2 - datas do trânsito em julgado da decisão que condenou a entidade de Direito Público a realizar o pagamento e da expedição do precatório;
- 3 – valor do precatório requisitado, valor atualizado e data da atualização do cálculo e dados entidade de Direito Público devedora (Nome e CNPJ);
- 4 - natureza do crédito, se comum ou alimentar;
- 5 – valor total dos precatórios expedidos pelo tribunal até 1º de julho de cada ano;
- 6 - valor total da verba orçamentária anual de cada Unidade do Município destinada ao pagamento dos precatórios;
- 7 - percentual do orçamento de cada entidade de Direito Público sob a jurisdição do Tribunal destinado ao pagamento de precatórios;
- 8 - valor total dos precatórios não pagos até o final do exercício, por entidade de Direito Público;
- 9 – os valores apresentados pela entidade de Direito Público devedora e admitidos para compensação na forma do § 9º do art. 100 da Constituição Federal.
- 10 – os valores retidos a título de imposto de renda, inclusive na forma dos art. 157, I, e 158, I, da Constituição Federal, bem como, os valores retidos a título de contribuição previdenciária.

## 9 DAS RESPONSABILIDADES

### 9.1 Da Procuradoria Geral do Município

- 1 - Será de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município a gestão e controle dos processos de precatório, desde a sua instauração, da inclusão no orçamento municipal, até o seu efetivo pagamento.

## MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE PRECATÓRIOS

2 – Por força da previsão do item 1, será de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município o atendimento da regra prevista no art. 100, §§ 9º e 10º da Constituição Federal, por anteceder a própria expedição do Precatório, devendo, no prazo de 30 dias (prazo preclusivo), a contar da intimação a ser realizada pelo Tribunal, informar em juízo a existência de dívidas compensáveis, mediante o seguinte procedimento:

a) consultar a Secretaria Municipal de Fazenda e a Divisão de Arrecadação, sobre a existência de débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Municipal, incluindo parcelas vincendas de parcelamentos formalizados judicial ou extrajudicialmente;

b) confirmando-se a existência de dívidas em condições de compensação, nos termos do item “a” retro, tal fato deverá ser informado ao Tribunal, com a juntada do respectivo balancete atualizado da dívida, que deverá ser fornecido pela Divisão de Arrecadação do Município;

c) a defesa em eventual incidente resultante do procedimento de compensação, nos termos da Resolução nº 115 do Conselho Nacional de Justiça, será de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município, podendo, entretanto, conforme a peculiaridade da matéria, solicitar a redistribuição do processo internamente, com a prévia análise das Chefias Imediata e Mediata;

3 - Compete à Procuradoria Geral do Município a conferência dos Precatórios que forem expedidos nos processos de cumprimento de sentença;

4 - Após o deferimento da inclusão em orçamento, o controle e gerenciamento jurídico dos Precatórios será feito pela Procuradoria Geral do Município, sendo responsável pelo acompanhamento dos processos até o pagamento final e definitivo, com a quitação do crédito e extinção do precatório;

5 - A Procuradoria Geral do Município será responsável pelo trato com a Secretaria Municipal de Fazenda, bem como, com os Tribunais competentes, devendo estabelecer rotinas internas necessárias para o cumprimento das obrigações constitucionais do Município, especialmente quanto ao regime especial de pagamento estabelecido pela EC 062/09, que inseriu o art. 97 ao ADCT;

## MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE PRECATÓRIOS

6 – No âmbito da Procuradoria Geral do Município serão instaurados processos espelhopara cada Precatório, que deverão conter obrigatóriamente:

- A – Requisição do Precatório emitida pelo Tribunal;
- B – Cópia da Sentença de primeiro grau e respectivo(s) Acórdãos;
- D – Cópia da Certidão de Trânsito em Julgado;
- C – Cópia do Cumprimento de Sentença; e
- D – Cópia da decisão judicial homologatória dos cálculos em sede de cumprimento de sentença.

7 – Instaurado o Processo Administrativo de Precatório - PAP, a Procuradoria Geral do Município, deverá:

a) – realizar o cadastramento do Precatório em planilha ou sistema, constando: número do Processo Administrativo de Precatório; número do precatório junto ao Tribunal, número do processo de primeiro grau (execução), vara, exercício, credor(es), patrono(s) do credor(es), Procuradoria Jurídica originária, natureza do crédito, valor originário e atualizado do precatório; identificação de cada credor considerando o destinatário dos honorários sucumbenciais;

b) – promover todos os registros de pagamentos parciais ou integrais dos processos administrativos de precatórios, nas tabelas e sistemas de controle para fins de gerenciamento, mediante prestação de informações e certificações à Secretaria Municipal de Fazenda;

c) – promover manifestações, defesas e/ou recursos cabíveis nos Precatórios, junto ao Tribunal, especialmente em relação aos cálculos de atualização realizados pelo Tribunal;

d) Será de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município a elaboração de pareceres referentes à matéria e o assessoramento da Secretaria Municipal da Fazenda, bem como, a análise prévia de qualquer procedimento de compensação ou acordo com credores envolvendo precatórios;

e) A Procuradoria Geral do Município poderá ser chamada a assessorar os demais setores envolvidos, sempre que forem necessários conhecimentos em matérias específicas referentes às competências de cada processo de precatórios;

f) Após o definitivo pagamento e quitação do precatório, deverá promover o arquivamento dos autos administrativos junto ao Setor de Protocolo da Secretaria Municipal de Administração, que deverá dar o encaminhamento/destino conforme regulamento.

## MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA REGISTRO E CONTROLE DE PRECATÓRIOS

### 9.2 Da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento

1- Incluir na LOA- lei Orçamentária Anual dotações orçamentárias para despesas com Precatórios.

### 9.3 Da Divisão de Contabilidade

1- A Divisão de Contabilidade da Prefeitura Municipal efetuará ao final do exercício, os demais procedimentos contábeis para que as Demonstrações contábeis evidenciem os valores de Precatórios a pagar em conformidade ao MCASP-Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

### 9.4 Da Secretaria Municipal de Fazenda

1- A responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda inclui a execução dos pagamentos de precatórios, bem como, informar a Procuradoria Geral do Município dos pagamentos efetuados para a posterior baixa junto ao Tribunal de Justiça e à Divisão de Contabilidade da Prefeitura Municipal.

2- É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda do Município a realização dos depósitos e a liberação gradual dos recursos depositados de que trata o inciso I do art. 4º da Emenda Constitucional 62/2009.

3- Emitir relatórios bancários referentes aos recolhimentos de guias de precatórios;

## **10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Emenda Constitucional nº 062/2009,

Art. 100 da Constituição Federal,

Art. 97 da ADCT

Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos – Item 6.2.2 – Precatórios em Regime Especial;

Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.